

COORDENADOR
HUMBERTO MARTINS

O PODER JUDICIÁRIO E O DIREITO NA ATUALIDADE

ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 200 ANOS DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

P742 O poder judiciário e o direito na atualidade: estudos em homenagem aos 200 anos de Independência do Brasil / coordenador Humberto Martins. – Londrina, PR: Thoth, 2022.

436 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-317-0

1. Poder judiciário – Brasil. 2. Brasil - História - Independência, 1822. I. Martins, Humberto.

CDD 347.81012

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof^ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária
Rafaela Ghacham Desiderato

CRB 14/1437

Índices para catálogo sistemático

1. Poder judiciário – Brasil : 347.81012

1223059

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

COORDENADOR.....	9
AUTORES.....	11
APRESENTAÇÃO.....	19
PREFÁCIO.....	21

CAPÍTULO 1

Alexandre Veronese

Sergio Maia Tavares Marques

A INFLUÊNCIA DA DOCTRINA E DO TEXTO CONSTITUCIONAL DE PORTUÇAL EM ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL.....	37
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Introdução.....	37
-----------------	----

1 Teoria.....	39
---------------	----

2 A Influência portuguesa na doutrina e no texto constitucional brasileiro.....	42
---------------------------------------------------------------------------------	----

3 Pesquisa na base de dados do Supremo Tribunal Federal (Brasil).....	45
-----------------------------------------------------------------------	----

3.1 Busca de autores portugueses selecionados.....	46
----------------------------------------------------	----

3.2 Busca de termos da constituição da república portuguesa e Tribunal Constitucional de Portugal.....	56
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Conclusão.....	58
----------------	----

Referências.....	59
------------------	----

Referências bibliográficas.....	59
---------------------------------	----

Casos judiciais citados.....	62
------------------------------	----

CAPÍTULO 2

Antônio Herman Benjamin

DOCTRINA E PARECER CONTENCIOSO REMUNERADO: A DEFORMAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO NO BRASIL.....	65
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

Introdução.....	65
1 Doutrina e fontes do Direito.....	66
2 Distinção entre doutrina e parecer jurídico contencioso.....	68
2.1 Sentido da crítica.....	68
2.2 Faroeste do discurso jurídico.....	69
2.3 Abuso do parecer.....	71
2.4 Isonomia processual.....	71
3 Parecer contencioso não é doutrina: duplo silêncio da legislação e da academia.....	72
Conclusão.....	76
Referências.....	77

CAPÍTULO 3

Benedito Gonçalves

O ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE RACIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA JUSTIÇA BRASILEIRA.....	79
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

Referências.....	85
------------------	----

CAPÍTULO 4

Bruno Bianco Leal

Claudio Xavier Seefelder Filho

UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA.....	87
----------------------------------------------	----

Introdução.....	88
-----------------	----

1 Os métodos adequados de solução de conflitos (MASC).....	90
------------------------------------------------------------	----

1.1 Da Mediação e da Conciliação.....	90
---------------------------------------	----

1.2 Da Arbitragem.....	91
------------------------	----

1.3 Da transação.....	94
-----------------------	----

1.4 Do negócio jurídico processual.....	96
-----------------------------------------	----

Conclusão.....	97
----------------	----

CAPÍTULO 5

Bruno Dantas

João Victor Prasser

MODULAÇÃO DE EFEITOS BRASILEIRA NA PRÁTICA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL.....	99
---------------------------------------------------------------------------	----

Introdução	99
1 A modulação de efeitos na prática processual constitucional.....	102
2 Aspectos procedimentais da modulação contemporânea	105
2.1 Quórum	105
2.2 Postulação e veículo de apreciação	109
2.3 Quem pode modular?.....	112
Conclusão	114
Referências	115

CAPÍTULO 6

Daniel Carnio Costa

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OS JULGAMENTOS DE CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS DE INSOLVÊNCIA E JUÍZOS CÍVEIS E FISCAIS. QUAL O MELHOR TRATAMENTO DA NOVA COOPERAÇÃO JURISDICIONAL PREVISTA NO ART. 6º, PARÁGRAFOS 7-A E 7-B, DA LEI N. 11.101/05?.....	117
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 7

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes

A MINI REFORMA ANTES DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	125
1 Auxílio-acidente não mantém mais a qualidade de segurado.....	126
2 Da prova tarifada para dependência econômica e união estável	128
3 Proibição da inscrição de segurado facultativo ou contribuinte individual post mortem	130
4 Carência para salário maternidade e auxílio-reclusão	131
5 Recuperação da carência	132
6 A nova forma de cálculo das atividades concomitantes	132
7 Suspensão e cancelamento do auxílio por incapacidade temporária do segurado preso.....	133
8 Salário maternidade da segurada desempregada	134
9 Novo termo inicial da pensão por morte.....	135
10 Rateio entre dependentes	135
11 Pensão por morte em alimentos temporários	136
Conclusões	137

CAPÍTULO 8

Emmanoel Pereira

JUSTIÇA DO TRABALHO E CIDADANIA : A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL EM PROL DA DEMOCRACIA	139
Introdução	139
1 Justiça do Trabalho no Brasil – história e evolução.....	140
2 A Justiça do Trabalho em seus 80 anos.....	143
3 Tribunal Superior do Trabalho – o Tribunal da Justiça Social	144
4 Tecnologia e modernização do judiciário trabalhista	146
5 Produtividade na Justiça do Trabalho.....	148
Conclusão	149
Referências	150

CAPÍTULO 9

Fátima Nancy Andrichi

A FERRAMENTA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA E POPULARIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS LIMITES DE IMPLANTAÇÃO	153
Introdução.....	153
1 Sustentabilidade tecnológica	156
2 Sustentabilidade tecnológica e dignidade da pessoa humana.....	157
3 A inteligência artificial e o Poder Judiciário.....	159
Considerações finais	164
Referências	166

CAPÍTULO 10

Felipe Sarmiento

O PAPEL DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA.....	169
Referências	176

CAPÍTULO 11

Felipe Sarmiento

Luiz Cláudio Allemand

A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM NA GOVERNANÇA COORPORATIVA – PROPOSTAS E PERSPECTIVAS.....177

Introdução.....	177
1 Histórico da arbitragem.....	178
2 A arbitragem e a tributação.....	179
3 Arbitragem e governança corporativa.....	182
Conclusão.....	183
Referências.....	184

CAPÍTULO 12

Fernanda Marinela

REFLEXÕES SOBRE O INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA LEI DE IMPROBIDADE: ASPECTOS DA (IR)RETROATIVIDADE EM FACE DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....185

Considerações iniciais sobre o instituto da prescrição no direito administrativo.....	185
1 A prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa a retroatividade em face do direito administrativo sancionador.....	188
Reflexões finais.....	193
Referências.....	193

CAPÍTULO 13

Humberto Martins

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....195

Introdução: um órgão judicial nacional para a federação.....	195
1 A criação do STJ e suas raízes históricas e dogmáticas.....	196
2 A renovação constante e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....	198
Conclusão: a Proposta de Emenda Constitucional.....	200
Referências.....	202

CAPÍTULO 8

Emmanoel Pereira

JUSTIÇA DO TRABALHO E CIDADANIA : A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL EM PROL DA DEMOCRACIA	139
Introdução.....	139
1 Justiça do Trabalho no Brasil – história e evolução.....	140
2 A Justiça do Trabalho em seus 80 anos.....	143
3 Tribunal Superior do Trabalho – o Tribunal da Justiça Social	144
4 Tecnologia e modernização do judiciário trabalhista	146
5 Produtividade na Justiça do Trabalho.....	148
Conclusão.....	149
Referências	150

CAPÍTULO 9

Fátima Nancy Andrichi

A FERRAMENTA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA E POPULARIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS LIMITES DE IMPLANTAÇÃO	153
Introdução.....	153
1 Sustentabilidade tecnológica	156
2 Sustentabilidade tecnológica e dignidade da pessoa humana.....	157
3 A inteligência artificial e o Poder Judiciário.....	159
Considerações finais	164
Referências	166

CAPÍTULO 10

Felipe Sarmiento

O PAPEL DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E OS DESAFIOS DA JUSTIÇA.....	169
Referências	176

1 Extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo.....	238
2 Proteção à ordem tributária.....	241
3 Apontamentos críticos.....	243
Considerações finais.....	245
Referências.....	245

CAPÍTULO 18

Luiz Antonio Colussi

Luciana Paula Conforti

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DESAFIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	247
Referências.....	253

CAPÍTULO 19

Luiz Edson Fachin

HORIZONTES DA DEMOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NO MARCO DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	255
Introdução.....	255
1 Histórico da Justiça Eleitoral e a democracia no Brasil.....	259
2 Palavras finais: a Justiça Eleitoral e os horizontes democráticos no Brasil.....	262
Referências.....	264

CAPÍTULO 20

Luis Felipe Salomão

AS FUNÇÕES E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	267
Introdução.....	267
1 As funções e competências do Superior Tribunal de Justiça.....	269
2 Precedentes relevantes.....	272
3 Novos horizontes com a questão da relevância para o recurso especial.....	275
Conclusão.....	275
Referências.....	275

CAPÍTULO 14

Jorge Mussi

PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ: A TÉCNICA DO DEPOIMENTO ESPECIAL NA BUSCA DA VERDADE REAL.....	205
1 Histórico e evolução do depoimento especial no Brasil.....	205
2 Bases de justificação e finalidade.....	209
3 Impacto prático.....	210
4 Procedimento.....	211
5 O depoimento sem dano na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	213
Considerações finais.....	215
Referências.....	215

CAPÍTULO 15

José Alberto Simonetti

A NOVA ERA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA BRASILEIRA.....	217
Introdução.....	217
1 Prerrogativas da advocacia e acesso à justiça.....	218
2 Advocacia como atividade cidadã.....	223
3 A atuação do Tribunal da Cidadania na defesa das prerrogativas da advocacia.....	226
Considerações Finais.....	227
Referências bibliográficas.....	228

CAPÍTULO 16

José Antonio Dias Toffoli

LEOPOLDINA: A MULHER QUE DECRETOU A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	231
------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 17

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Rodrigo Maia da Fonte

EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO DO TRIBUTO: BREVES CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS.....	237
Introdução.....	237

1 Extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo.....	238
2 Proteção à ordem tributária.....	241
3 Apontamentos críticos.....	243
Considerações finais	245
Referências	245

CAPÍTULO 18

Luiz Antonio Colussi

Luciana Paula Conforti

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E DESAFIOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	247
Referências	253

CAPÍTULO 19

Luiz Edson Fachin

HORIZONTES DA DEMOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL NO MARCO DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.....	255
Introdução	255
1 Histórico da Justiça Eleitoral e a democracia no Brasil.....	259
2 Palavras finais: a Justiça Eleitoral e os horizontes democráticos no Brasil.....	262
Referências	264

CAPÍTULO 20

Luis Felipe Salomão

AS FUNÇÕES E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	267
Introdução	267
1 As funções e competências do Superior Tribunal de Justiça	269
2 Precedentes relevantes	272
3 Novos horizontes com a questão da relevância para o recurso especial	275
Conclusão.....	275
Referências	275

CAPÍTULO 21

Luiz Fux

Abhner Youssif Mota Arabi

CONSTITUIÇÃO, LIBERDADE E INOVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA INDEPENDÊNCIA 277

Introdução..... 277

1 O Caso Uber: a inconstitucionalidade material da proibição dos aplicativos de transporte individual de passageiros 279

Conclusão 284

Referências 286

CAPÍTULO 22

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jadson Santana de Sousa

JUDICIÁRIO, ACESSO À JUSTIÇA E NOVAS TECNOLOGIAS: ENTRE POTENCIALIDADES E RISCOS 287

Referências 296

CAPÍTULO 23

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Luiz Felipe Siegert Schuch

ACESSO À JUSTIÇA E GESTÃO PROCESSUAL EFICIENTE: DESAFIOS DA CORTE DA CIDADANIA EM UMA ALDEIA GLOBAL E TRANSNACIONAL..... 299

Introdução..... 299

1 Acesso à justiça: breves delimitações conceituais 302

2 Gestão processual eficiente: desafios do sistema judicial e da corte da cidadania...305

Considerações finais 310

Referências 311

CAPÍTULO 24

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

A ADVOCACIA E O ACESSO À JUSTIÇA PARA ALÉM DOS PROCESSOS JUDICIAIS 315

Introdução 315

1 O acesso à justiça, o sistema multiportas e a advocacia..... 316

2 Aspectos jurídicos, vantagens e desvantagens da arbitragem	319
3 Mediação, conciliação e fraternidade	322
Conclusão	324
Referências	326

CAPÍTULO 25

Mário Goulart Maia

A FALTA DE JUSTA CAUSA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ACARRETA A REJEIÇÃO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL PRIMAZIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	327
Referências	338

CAPÍTULO 26

Otávio Luiz Rodrigues Jr.

ARBITRAGEM NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS COMPARADAS (BRASIL, INGLATERRA, ITÁLIA E FRANÇA)	341
Introdução	341
1 Alguns elementos da evolução histórica da arbitragem no Brasil	342
1.1 Panorama da arbitragem no século XIX	342
1.2 Panorama da arbitragem no século XX	344
1.3 A Lei de Arbitragem e seu impacto sobre o instituto	347
2 Breve notícia sobre a arbitragem em três experiências estrangeiras (Inglaterra, Itália e França)	349
2.1 Introdução	349
2.2 Panorama do Direito inglês	350
2.3 Panorama do Direito italiano	352
2.4 Panorama do Direito francês	354
Conclusões	356
Referências	356

CAPÍTULO 27

Paulo Dias de Moura Ribeiro

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO REGIONAIS: O FEDERALISMO BRASILEIRO	361
Introdução	361

1 Posição jurídica.....	362
2 Rumos do federalismo	364
3 A origem da federação americana	364
4 Jurisprudência selecionada sobre federalismo (STF E STJ).....	366
Conclusões	370
Bibliografia	370

CAPÍTULO 28

Reynaldo Soares da Fonseca

Arthur Pinheiro Chaves

JURISPRUDÊNCIA INTERAMERICANA – DIÁLOGOS JURISDICIONAIS..373

Introdução.....	373
1 Do Contexto latino-americano: violência, desigualdade e centralismo do poder político	374
2 Impacto transformador do Sistema Interamericano no contexto latino-americano.375	
3 Violações que refletem o legado do regime autoritário ditatorial	376
4 Violações que refletem questões da justiça de transição (<i>transitional justice</i>)	377
5 Violações que refletem desafios acerca do fortalecimento de instituições e da consolidação do Estado de Direito (<i>rule of law</i>)	379
6 Violações de direitos de grupos vulneráveis.....	379
7 Violações a direitos sociais	381
8 Violações a novos direitos da agenda contemporânea.....	383
9 Do crescimento da importância do Sistema interamericano mediante a efetividade do diálogo jurisdicional e crescente legitimação social	385
10 Apontamentos sobre o Precedente RHC n. 136.961/RJ.....	389
Conclusão: O Sistema Interamericano e a composição de um constitucionalismo regional transformador: potencialidades e desafios.....	393
Referências	396

CAPÍTULO 29

Ricardo Villas Bôas Cueva

CONTROLE DO ATIVISMO JUDICIAL POR MEIO DE LIMITES À DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL?..... 397

Introdução.....	397
-----------------	-----

1 O novo papel dos juizes.....	398
2 Respostas brasileiras	401
Considerações finais	405
Referências bibliográficas.....	406

CAPÍTULO 30

Roberto Rosas

STJ – TRIBUNAL DE PRECEDENTES.....	409
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 31

Rogério Schietti Cruz

A REPRESSÃO PENAL NO BRASIL: CÓDIGO DE 1830 AOS DIAS ATUAIS ...	413
Considerações iniciais.....	413
1 O ocaso do modelo punitivo das ordenações	414
2 Código de 1830 e o estado policialesco	415
3 Código penal de 1890.....	417
4 Breve análise comparativa entre os Códigos de 1830 e 1890.....	418
5 Código de 1940 e sua principal reforma	421
Considerações finais	423
Referências	425

CAPÍTULO 32

Renata Gil de Alcantara Videira

ENTRE 1824 E 1988: OS DESAFIOS E A EVOLUÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TERMOS DE INDEPENDÊNCIA	427
Introdução.....	427
1 Independência do poder judiciário no período do primeiro reinado em contraste com o período da redemocratização de 1988	428
2 A utilização inadequada de emendas à constituição como forma de disciplinar matérias de iniciativa privativa do poder judiciário.....	431
Conclusão	436
Referências	436